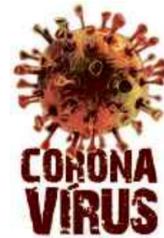




Balança pende contra o governo na CPI



Composição da comissão coloca Planalto em alerta. Maioria dos titulares será de oposicionistas ou independentes em relação ao Executivo. Aliados de Bolsonaro tentam conter a pressão favorável ao início imediato das investigações

» JORGE VASCONCELLOS

Com a sinalização de que a maioria dos titulares da CPI da Covid do Senado será de parlamentares oposicionistas e independentes em relação ao governo, aliados do Planalto perderam o poder de pressão para adiar o início das investigações. Instalada na terça-feira, a comissão vai focar em ações e omissões do governo federal na crise sanitária, em especial na cidade de Manaus, onde, em janeiro, mais de 30 pacientes com covid-19 morreram por falta de oxigênio nos hospitais. O outro requerimento, apresentado na segunda-feira, é do senador Eduardo Girão (Podemos-CE), que propõe investigação sobre a aplicação, nas unidades da Federação, das verbas federais transferidas para o enfrentamento da pandemia.

A tropa de choque do presidente Jair Bolsonaro na CPI, conforme indicações partidárias apuradas pelo **Correio**, reúne os senadores Ciro Nogueira (PI), presidente nacional do PP; Marcos Rogério (RO), líder do DEM na Casa; Jorginho Mello (PL-SC) e Eduardo Girão (Podemos-CE). Já para a frente oposicionista foram indicados como titulares Humberto Costa (PT-PE) e o líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor de um dos **requerimentos** que originaram a comissão.

Os cinco senadores independentes, por sua vez, são conhecidos por votarem a favor de muitos projetos do Executivo, sem deixar de lado, porém, críticas à atuação federal na pandemia e em outros assuntos. Esse grupo reúne Renan Calheiros (MDB-AL), líder da maioria; Omar Aziz (PSD-AM); Eduardo Braga (AM), líder do MDB; Otto Alencar (PSD-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A composição da CPI obedece ao princípio da proporcionalidade partidária. Em razão disso, o MDB, dono da maior bancada no Senado, reivindica a reitoria da comissão, um posto-chave para as investigações. O mais cotado para a função é Renan Calheiros, cujo nome acendeu a luz amarela no governo.

Pedidos de apuração

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), ao instalar a CPI, decidiu fundir dois requerimentos que pediam investigações sobre o combate à pandemia. Um deles, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), apresentado em fevereiro, pede que sejam apuradas ações e omissões do governo federal na crise sanitária, em especial na cidade de Manaus, onde, em janeiro, mais de 30 pacientes com covid-19 morreram por falta de oxigênio nos hospitais. O outro requerimento, apresentado na segunda-feira, é do senador Eduardo Girão (Podemos-CE), que propõe investigação sobre a aplicação, nas unidades da Federação, das verbas federais transferidas para o enfrentamento da pandemia.

O político alagoano é um dos maiores críticos da manobra orquestrada pelo Planalto que levou o MDB a abandonar a candidatura própria nas eleições para a presidência do Senado, em fevereiro, o que favoreceu a vitória de Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Pai do governador de Alagoas, Renan Filho (MDB), Calheiros também se opõe aos ataques de Bolsonaro às ações estaduais de combate à pandemia e às pressões do Planalto para que a CPI investigue a fundo os gestores locais.

Indicações

Rodrigo Pacheco deu aos partidos um prazo de 10 dias para formalizarem as indicações, a contar da data da instalação da CPI. Por isso, os nomes escolhidos até agora podem ser mudados nos próximos dias. Mesmo assim, já servem de sinalização de como os partidos deverão atuar ao longo das apurações.

Após fracassarem em tentativas de evitar a instalação da comissão, senadores aliados do governo agora pressionam para adiar o início dos trabalhos. O principal argumento é que não só as

Titulares indicados para a comissão

Os escolhidos pelos partidos para integrarem a CPI da Covid podem ser substituídos a qualquer momento, durante o funcionamento do colegiado. O governo terá apenas quatro parlamentares na tropa de choque entre os 11 titulares. A oposição terá dois representantes. O restante do grupo se posiciona como independente, mas é crítico à postura do presidente Jair Bolsonaro na crise do coronavírus.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Ciro Nogueira (PP-PI)
Posição: governista

Waldemir Barreto/Agência Senado



Otto Alencar (PSD-BA)
Posição: independente

Facebook/Reprodução



Eduardo Girão (Podemos-CE)
Posição: governista

Vinício Cardoso/Esp. CB/D.A Press



Randolfe Rodrigues (Rede-AP)
Posição: oposição

Jefferson Rudy/Agência Senado



Eduardo Braga (MDB-AM)
Posição: independente

Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Rogério (DEM-RO)
Posição: governista

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Humberto Costa (PT-PE)
Posição: oposição

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Omar Aziz (PSD-AM)
Posição: independente

Waldemir Barreto/Agência Senado



Jorginho Mello (PL-SC)
Posição: governista

Sérgio Lima/ AFP



Renan Calheiros (MDB-AL)
Posição: independente

Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência



Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Posição: independente

Controvérsia sobre governadores

A ampliação do escopo da CPI da Covid, que vai incluir a investigação do envio de verbas federais para estados e municípios, levanta a controvérsia sobre a convocação de governadores para prestar esclarecimentos no Congresso. Técnicos do Senado ainda não têm uma posição pacificada sobre o tema — a posição deles ajuda a subsidiar o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), na tomada de decisões. Em 2012, o ministro Marco Aurélio Mello, do STF, livrou o então governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), de prestar depoimento à CPI do Cachoeira, criada para investigar as relações entre parlamentares e o contraventor Carlinhos Cachoeira. Na decisão, o magistrado apontou a impossibilidade de uma CPI vir a convocar um governador, seja na condição de testemunha, seja de investigado.

não (recebi o retorno do presidente), mas está em tempo ainda de responder. Agora, o que vai acontecer? O presidente leu (o requerimento da CPI), pediu para os partidos indicarem, e vamos aguardar”, afirmou. “Acho que, nos próximos dias, ele vai responder à questão de ordem e também, pelo que entendi, vai conversar com os membros da CPI”, emendou Gomes ao **Correio**, acrescentando que “o presidente é muito tranquilo, e isso é importante para ele tomar a medida mais certa, mais tranquila”.

O líder disse, também, que o fato de o bloco governista ser minoria na comissão não significa, necessariamente, que os desdobramentos das investigações serão negativos para o Planalto. “Não (é um motivo de preocupação), porque eu acho que para a CPI a postura tem de ser correta. São parlamentares experimentados, que têm absoluta condição política de fazer uma avaliação dos fatos sobre os quais vão deliberar. Então, vejo com tranquilidade”, enfatizou.



Nas entrelinhas

por **Luiz Carlos Azedo**
luizazedo.df@dabr.com.br

Lula e Moro no Supremo

A maioria do Supremo Tribunal Federal (STF) resolveu levar a plenário, hoje, a anulação das condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela 13ª Vara Criminal de Curitiba, ou seja, pelo ex-juiz Sérgio Moro, a pedido do relator da Operação Lava-Jato, ministro Edson Fachin, autor da liminar que livrou o petista da inelegibilidade. Fachin entendeu que o foro natural do processo deveria ser o Distrito Federal, por não se tratar de processo diretamente vinculado ao escândalo da Petrobras. Com a decisão de ontem do Supremo, por 9 a 2, tanto Lula quanto Moro voltam ao centro do noticiário, como possíveis adversários do presidente Jair Bolsonaro, ambos com muita força.

Esse julgamento no Supremo terá um efeito catalisador no processo político, contribuindo para transferir expectativas de poder de Bolsonaro, candidato à reeleição, para a oposição. A Lava-Jato ainda tem um grande apelo popular e é a principal face de desgaste

da candidatura de Lula à Presidência, mas, sem o julgamento, o petista não seria candidato. Entretanto Bolsonaro se descolou da bandeira da ética por causa do escândalo das “rachadinhas” da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e de suas manobras para proteger o filho mais velho, o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), um dos principais investigados no caso.

Moro, principal responsável pela condenação de Lula, também sofre desgastes. É acusado de ser parcial e ter usado recursos inadmissíveis durante a investigação para condenar Lula e afastá-lo da disputa eleitoral de 2018, beneficiando Bolsonaro. Ao aceitar o convite para ser ministro da Justiça do atual governo, de certa forma, o ex-juiz corroborou as acusações da defesa de Lula. Seu estridente rompimento com Bolsonaro, acusando-o de tentar usar a Polícia Federal em benefício próprio, manteve a bandeira da ética nas suas mãos, mas sua atuação

como magistrado acabou fragilizada por gravações feitas por hackers de suas conversas com integrantes do Ministério Público que comandavam as investigações, desnudando sua parcialidade.

Por isso mesmo, o julgamento do mérito da liminar de Fachin, que anulou as condenações de Lula, abrirá espaço, também, para a discussão sobre a atuação de Moro, cuja suspeição por muito pouco não foi aprovada pela Segunda Turma do STF. Não sem razão, o julgamento terá repercussão eleitoral, tanto do ponto de vista legal — Lula estará livre ou não para concorrer às eleições — quanto midiático. O Supremo pode jogar o petista para cima nas pesquisas, mas

também alavancará Moro, que passa de algo a vítima, como paladino da ética e dos bons costumes, a não ser que o ex-juiz seja punido severamente e impedido de concorrer.

Decantação

Quem mais perde com o julgamento é Bolsonaro, que tenta fazer do limão uma limonada. Ao atacar o Supremo e a decisão de liberar Lula para disputar as eleições, o presidente da República mantém em sua esfera de influência os setores mais radicalizados do antipetismo. A aposta do chefe do Planalto é que esse senti-

“A decisão do Supremo terá efeito catalisador no processo político, pode contribuir para transferir expectativas de poder do presidente Jair Bolsonaro para a oposição”

mento garanta o seu lugar no segundo turno das eleições, mas não é bem assim. A queda dos seus índices de aprovação em razão da crise sanitária e da recessão e a perda da bandeira da ética podem abrir espaço para uma candidatura robusta do chamado polo democrático, capaz de capturar o eleitor mais conservador, porém, insatisfeito com o desempenho do governo e de Bolsonaro.

O julgamento de Lula será o primeiro grande momento de decantação do processo eleitoral. Outro momento será a decisão do apresentador Luciano Huck (sem partido) sobre a proposta de renovação de contrato com a TV Globo, como substituto do Faustão nas tardes de domingo. O terceiro lance no xadrez eleitoral é a prévia do PSDB, marcada para outubro, na qual o partido escolherá seu candidato. Disputam a vaga os governadores de São Paulo, João Doria, e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Restarão ainda as definições do DEM, em relação ao ex-ministro da Saúde Henrique Mandetta e do próprio Moro, que não se comporta como candidato.